

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 903553 - RJ (2016/0098379-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

PROCURADORE : RENATA LIMA FERREIRA NUNES - RJ115813

S

RODRIGO GARCIA VERALDO - RJ127939

**GABRIEL ALMEIDA MATOS DE CARVALHO -
RJ184222**

DANIEL VIÉGAS E OUTRO(S) - RJ170000

AGRAVADO : COMÉRCIO E INDÚSTRIA GOFRA S/A

REPR. POR : GUSTAVO BANHO LICKS - SÍNDICO

**ADVOGADO : ADRIANO PINTO MACHADO E OUTRO(S) -
RJ077188**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. FALÊNCIA. ARREMATACÃO DE IMÓVEL COM DÉBITO FISCAL. SUJEIÇÃO DA MUNICIPALIDADE A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO NO QUADRO GERAL DE CREDORES. OMISSÃO. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO ESTADUAL QUE JULGOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL ESTADUAL PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS. RECURSO IMPROVIDO.

1. Aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, devendo ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Surgida a violação apontada no julgamento proferido pelo Órgão julgador e opostos embargos de declaração, mas rejeitados, os autos devem retornar ao Tribunal de Justiça para que os esclarecimentos sejam prestados e sanadas as omissões.

3. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator